



BOLETIM

GEOCORRENTE

ANO 5 • Nº 103 • 03 DE OUTUBRO DE 2019

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção "Temas Especiais".

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporciona uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 350 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade única dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do BOLETIM GEOCORRENTE poderão ser encontrados na home page da EGN:

https://www.marinha.mil.br/egn/boletim_geocorrente



DIRETOR DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

EDGAR LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

**SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS
GRADUAÇÃO DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL**

MARCIO MAGNO DE FARIAS FRANCO E SILVA

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL

LEONARDO FARIA DE MATTOS (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

FRANCISCO EDUARDO ALVES DE ALMEIDA (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

JANSEN COLI CALIL NASCIMENTO ALMEIDA DE OLIVEIRA (EGN)

JÉSSICA GERMANO DE LIMA SILVA (EGN)

NOELE DE FREITAS PEIGO (FACAMP)

PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (UFRJ)

PEQUISADORES DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

ÁFRICA SUBSAARIANA

DAVID SEVERO PEREIRA FRANÇA PINTO (UERJ)

FRANCO NAPOLEÃO AGUIAR DE ALENCASTRO GUIMARÃES (PUC-RIO)

JOÃO VICTOR MARQUES CARDOSO (UNIRIO)

VIVIAN DE MATTOS MARCIANO (UFRJ)

AMÉRICA DO SUL

ADRIANA ESCOSTEGUY MEDRONHO (EHESS)

BEATRIZ MENDES GARCIA FERREIRA (UFRJ)

CARLOS HENRIQUE FERREIRA DA SILVA JÚNIOR (UFRJ)

GABRIELA DE ASSUMPÇÃO NOGUEIRA (UFRJ)

JOÃO FELIPE DE ALMEIDA FERRAZ (UFRJ)

PEDRO EMILIANO KILSON FERREIRA (UNIVERSIDADE DE SANTIAGO)

AMÉRICA DO NORTE E CENTRAL

ANA CLÁUDIA FERREIRA DA SILVA (UFRJ)

CAROLINA CÔRTEZ GÓIS (PUC-RIO)

JÉSSICA PIRES BARBOSA BARRETO (EGN)

VICTOR CABRAL RIBEIRO (UFRJ)

VICTOR EDUARDO KALIL GASPAR FILHO (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

ANA CAROLINA FERREIRA LAHR (EGN)

GABRIELE MARINA MOLINA HERNANDEZ (UFF)

LAILA NEVES LORENZON (UFRJ)

PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (UFRJ)

EUROPA

ARIANE DINALLI FRANCISCO (UNIVERSITÄT OSNABRÜCK)

DANIEL SANTOS KOSINSKI (UFRJ)

DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA (UFRJ)

GLAYCE KEROLIN RODRIGUES MAXIMIANO (UFRJ)

MATHEUS SOUZA GALVES MENDES (EGN)

MELISSA ROSSI (SUFFOLK UNIVERSITY)

NATHÁLIA SOARES DE LIMA DO VALE (UERJ)

THAÏS ABYGAËLLE DEDEO (UNIVERSITÉ DE PARIS 3)

LESTE ASIÁTICO

ELY PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (UERJ)

JOÃO PEDRO RIBEIRO GRILO CUQUEJO (IBMEC)

MARCELLE TORRES ALVES OKUNO (IBMEC)

PHILIPPE ALEXANDRE JUNQUEIRA (UERJ)

RODRIGO ABREU DE BARCELLOS RIBEIRO (UFRJ)

VINÍCIUS GUIMARÃES REIS GONÇALVES (UFRJ)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

ANA LUIZA COLARES CARNEIRO (UFRJ)

ANDRÉ FIGUEIREDO NUNES (ECEME)

SHAKILA DE SOUSA AHMAD (UFRJ)

TAYNARA RODRIGUES CUSTÓDIO (EGN)

RÚSSIA & Ex-URSS

JOSÉ GABRIEL DE MELO PIRES (UFRJ)

LUIZA GOMES GUITARRARI (UFRJ)

PEDRO MENDES MARTINS (ECEME)

PÉRSIO GLÓRIA DE PAULA (UFF)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

MATHEUS BRUNO FERREIRA ALVES PEREIRA (UFRJ)

THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)

VINÍCIUS DE ALMEIDA COSTA (EGN)

SUL DA ÁSIA

JOÃO MIGUEL VILLAS-BOAS BARCELLOS (UFRJ)

MARINA SOARES CORRÊA (UFRJ)

REBECA VITÓRIA ALVES LEITE (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

ALESSANDRA DANTAS BRITO (EGN)

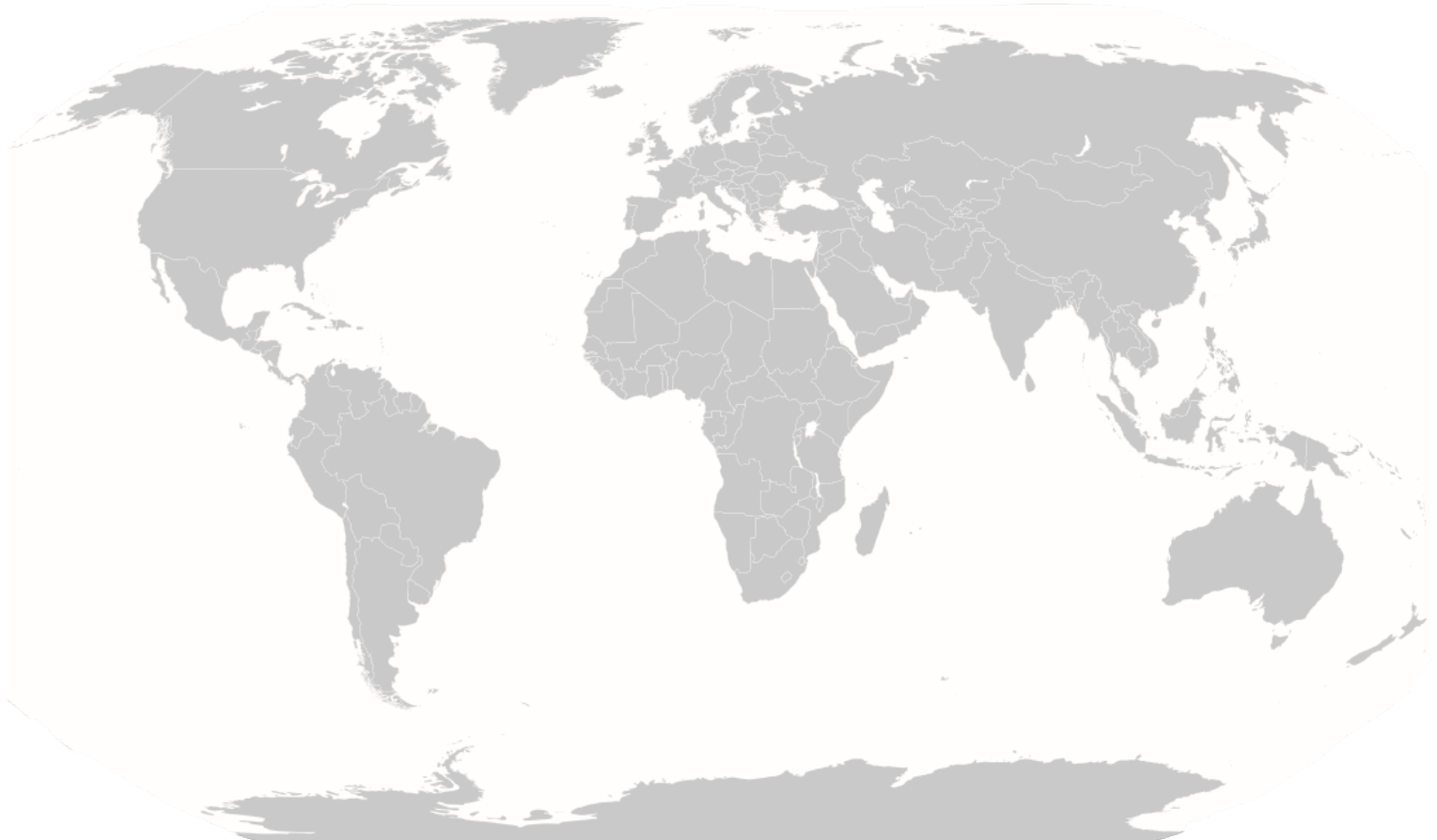
BEATRIZ VICTÓRIA ALBUQUERQUE DA SILVA RAMOS (EGN)

LOUISE MARIE HUREL SILVA DIAS (LONDON SCHOOL OF ECONOMICS)

ÍNDICE

AMÉRICA DO SUL	LESTE ASIÁTICO
Os narcossubarinos e as dificuldades para o continente americano4	Os 70 anos da República Popular da China8
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL	Questões e dilemas do acordo comercial entre Japão e EUA9
Mudanças climáticas põem em risco o Canal do Panamá.....4	SUL DA ÁSIA
ÁFRICA SUBSAARIANA	Inauguração do oleoduto transfronteiriço Índia-Nepal9
O histórico julgamento do ex-presidente do Sudão toma conta do país5	SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA
EUROPA	Crise dos mísseis 2.0? Austrália e o dilema segurança x economia 10
Fim do efeito Crimeia? Normalização das relações franco-russas5	ÁRTICO & ANTÁRTICA
Na costa portuguesa, OTAN testa drones marítimos6	Suporte Russo: auxílio na estratégia Antártica indiana 10
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA	TEMAS ESPECIAIS
Por que o petróleo saudita tem sido alvo de ataques?7	A Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Brasil (E-Ciber) 11
RÚSSIA & Ex-URSS	Descarbonização do transporte marítimo anunciada na Cúpula da Ação Climática da ONU..... 12
Rússia realiza lançamentos balísticos no Mar de Barents7	Artigos Seleccionados & Notícias de Defesa..... 13
	Calendário Geocorrente..... 13
	Referências..... 14

REGIÕES ABORDADAS NESTA EDIÇÃO



Clique no círculo para ser redirecionado ao texto relacionado

Os narcossubarinos e as dificuldades para o continente americano

Gabriela Nogueira

No início de setembro de 2019, a Guarda Costeira dos Estados Unidos da América (EUA) interceptou, na costa do Pacífico oriental, mais um narcossubarino, contendo aproximadamente 550 kg de cocaína, o equivalente a US\$ 165 milhões. A operação foi realizada depois que suspeitas foram levantadas durante uma patrulha rotineira, e contou ainda com recursos e assistência da Colômbia.

Ainda que não comprovada durante a apreensão, a suspeita é de que os narcóticos teriam como destino os países da América Central e, por fim, o mercado ilegal dos EUA. De acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODOC), estima-se que cerca de dois terços da cocaína oriunda da Colômbia se movimentem pela costa do Pacífico oriental.

Cabe notar que os narcossubarinos são feitos de modo rudimentar e são característicos da dinâmica do tráfico dentro do continente americano, por conta da menor distância e da sua capacidade de propulsão. Essas são condições diferentes das exigidas, por exemplo, para as rotas direcionadas à África Ocidental e Europa, em que um meio de transporte de maior porte se faz necessário.

O processo de construção das embarcações não fica restrito somente ao continente. Segundo investigações da Polícia Nacional colombiana, existem redes internacionais de investimentos e subcontratações voltadas ao incremento tecnológico e aumento da capacidade e da autonomia desse transporte ilegal, ampliando a dimensão da responsabilidade e do problema. Para os cartéis, a motivação está na lucratividade; considerando o valor gasto e a disponibilidade de traficantes para fazer o transporte, o ganho pode superar os US\$ 100 milhões.

Segundo o *Drug Enforcement Agency* (DEA),

atualmente, os narcossubarinos são responsáveis por cerca de 30% do fluxo ilícito marítimo. Porém, por conta da dificuldade natural de detectá-los e pelo desenvolvimento e pela incorporação de novas tecnologias pelos cartéis, é possível que esse número seja ainda maior. Assim, considerando todas as condições e devido às limitações, a cooperação regional é essencial para o enfrentamento dessas atividades ilícitas. Tal situação demonstra a importância de o continente americano possuir uma consciência situacional marítima integrada, com o emprego coordenado de sensores, meios navais e aéreos, além da troca constante de informações entre os serviços de inteligência dos países.



AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Mudanças climáticas põem em risco o Canal do Panamá

Victor Cabral

Há mais de um século, o Canal do Panamá faz a ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico por meio da inundação de um vale que atravessa o país. A construção, que permite o trânsito de 3% do comércio marítimo mundial, rende para a economia panamenha 13% de seu PIB. O lago artificial que compõe o canal acumula água do período de chuvas (abril a dezembro), colocando-o a mais de 26,5 metros acima do nível do mar, com baixa de 60 centímetros no período de seca. Quando abaixo de 24,4 metros, a administração do canal

impõe limites ao peso dos navios para não alcançarem o leito e suas eclusas.

Desde 2014, estiagens prolongadas colocam o funcionamento do canal em risco, por conta da diminuição do nível da água. O fenômeno climático *El Niño* aquece as águas do Pacífico e prolonga a seca na região, elevando a temperatura e a evaporação do canal. Sua intensificação pelas mudanças climáticas ameaça o suprimento de água da capital, a produção de energia hidroelétrica, o funcionamento do canal e, conseqüentemente, as receitas »

do governo e o comércio marítimo da região. Em 2019, a seca iniciou-se um mês antes e terminou um mês depois do previsto, alarmando as autoridades locais.

A continuidade e o agravamento das secas poderá inutilizar o canal para a passagem de navios de grande porte, aumentando investimentos internacionais em passagens alternativas mais seguras. No Ártico, a Passagem Noroeste será uma alternativa nas próximas décadas, pois, ao descongelar-se, diminui em cerca de 4000 km a atual distância entre Nova York e Xangai, mas elevará disputas geopolíticas pelo seu controle entre Estados Unidos, Rússia, China e demais países adjacentes ao Mar Ártico. Apesar de benéfica financeiramente, a

Passagem poderá provocar deterioração da biodiversidade da região, elevação do nível do mar e perda de território da Groenlândia em longo prazo.

Preocupado com o futuro da economia e sustentabilidade de seu país, o presidente panamenho, Laurentino Cortizo, discursou na 74ª Assembleia Geral da ONU sobre a necessidade do cumprimento de acordos multilaterais de mitigação de mudanças climáticas e reafirmou a posição do Panamá como um *hub* da América Latina pela sua localização estratégica e receptor de grandes investimentos financeiros e tecnológicos internacionais.

ÁFRICA SUBSAARIANA

O histórico julgamento do ex-presidente do Sudão toma conta do país

David Severo

Em abril de 2019, Omar al-Bashir, então mandatário do Sudão, foi deposto após uma insurgência interna no país. Desde que se iniciou um novo governo, o país passa por um intenso processo de reestruturação de suas instituições. Por consequência, o julgamento do ex-presidente, por diversas formas e atitudes criminosas, chama a atenção da Comunidade Internacional. Os crimes relacionados à corrupção são os "mais brandos" quando comparados às denúncias já feitas contra Omar al-Bashir por genocídio, por crimes de guerra e por crimes contra a humanidade. No entanto, os entusiastas desse julgamento entendem que o fato poderá representar uma nova fase em Cartum, capital do país.

Omar al-Bashir foi o líder do Sudão por trinta anos (1989-2019), após tomar o poder por meio de um golpe de Estado. À época, o ex-presidente derrubou o governo do primeiro-ministro Sadiq al-Mahdi e instaurou um dos mais violentos regimes contemporâneos. Seu governo foi marcado por inúmeros casos de violência e, acima de tudo, por corrupção. Com efeito, al-Bashir foi o primeiro presidente em exercício a ser indiciado pelo Tribunal

Penal Internacional (TPI), em 2009, por crimes contra a humanidade.

O julgamento do ex-mandatário é envolto em controvérsias: além da participação ativa de diversos atores internacionais, tais como o TPI, há denúncias de corrupção contra al-Bashir, que envolvem a Arábia Saudita. Embora seja uma figura polêmica, seu processo judicial tem dividido a opinião pública de Cartum, que registrou a existência de protestos contra e a favor do julgamento do ex-presidente. Além disso, deve-se destacar que o Sudão optou, nos últimos anos, por certa aproximação de laços com a Turquia e com o Catar. Isso tem causado certa preocupação para atores como Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, que não conseguiram, efetivamente, se aproximar da mesma forma de Cartum. Por último, é preciso destacar o papel da China: há mais de vinte anos, o gigante asiático tem participação central na extração de petróleo no Sudão e há grande interesse clientes em conseguir a estabilidade política do país para não criar grandes atritos nas negociações desse recurso.

EUROPA

Fim do efeito Crimeia? Normalização das relações franco-russas

Thaís Dedeo

Os ministros das Relações Exteriores e de Defesa da França e da Rússia se encontraram em Moscou em 09 de setembro de 2019, para um diálogo estratégico que não ocorria desde a anexação da Crimeia pela Rússia, em 2014. Desde então, a Rússia enfrenta certo isolamento internacional com sua expulsão do G-8, sujeição a sanções econômicas e intensificação de exercícios militares em toda Europa. Contudo, Paris e Moscou têm

enviado sinais de aproximação e este último encontro trabalha uma agenda de cooperação econômica, cultural e de defesa sobre o controle de armamentos, o combate ao terrorismo e gestão de zonas de crise como a Ucrânia, Síria e República Centro-Africana.

O discurso do presidente Emmanuel Macron na Conferência dos Embaixadores, ocorrida no final de agosto, permite-nos compreender essa inflexão da política»

externa francesa vis-à-vis a Moscou. Segundo Macron, é necessário pacificar e esclarecer as relações com a Rússia para se reconstruir uma estrutura de confiança e de segurança na Europa. Pode-se considerar que houve uma relativa deterioração da segurança europeia, devido à postura da administração do presidente Trump em relação à OTAN e da retirada dos EUA e da Rússia do Acordo de Mísseis Intermediários.

Os presidentes Vladimir Putin e Macron se reuniram em Bregançon, na França, a fim de abordar certas pautas cinco dias antes da reunião do G-7, como a crise na Síria, na Líbia e a defesa do acordo nuclear iraniano. Estava igualmente prevista uma cúpula entre França, Alemanha, Rússia e Ucrânia para discutir a questão ucraniana no fim deste mês, o que não ocorreu. Em 2020, está previsto

mais um reencontro, porém o sucesso dessa aproximação russa com a França conta diretamente no avanço da resolução da crise ucraniana.

O interesse de Macron nessa reaproximação se encontra principalmente na possibilidade de assumir um papel de liderança em uma Europa enfraquecida pelo *Brexit* e pela saída da chanceler alemã no final de seu mandato. E mais que isso, de se mostrar presente e ativo em diversas frentes diplomáticas, seguindo o princípio gaullista de “Grandeza”, que concede prestígio à França em uma cena internacional cada vez mais marcada pela unilateralidade de potências. Entretanto, essa reaproximação francesa dos russos é vista com cautela por vários países europeus, em especial os do Leste da Europa.

Na costa portuguesa, OTAN testa drones marítimos

Nathália do Vale

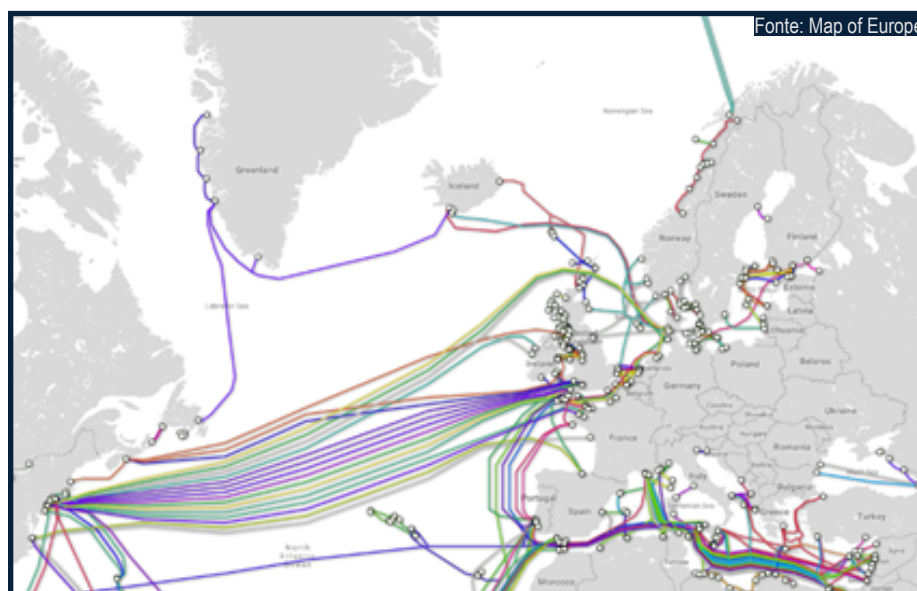
Entre os dias 11 e 19 de setembro de 2019, cerca de 800 oficiais de países membros da OTAN, junto ao Centro de Pesquisa e Expertise Marítima da Organização, reuniram-se nas penínsulas portuguesas de Sesimbra e Troia para o Exercício *Recognized Environmental Picture MUS 19*. O exercício teve como objetivo testar a interoperabilidade dos sistemas marítimos não tripulados dos países membros, incluindo embarcações e drones aéreos. O *MUS 19* é a continuação de um acordo assinado em uma cúpula da OTAN realizada em Bruxelas em 2018, na qual treze membros afirmaram seu objetivo de buscar adquirir e desenvolver sistemas marítimos não tripulados que atuassem de maneira conjunta.

As tecnologias não tripuladas representam uma revolução na defesa dos mares em razão de sua operabilidade versátil, podendo servir para patrulha marítima, contramedidas de minagem e combate a submarinos. Além disso, o compromisso da OTAN com essas novas tecnologias abre mais possibilidades para o mercado de defesa, já que as soluções marítimas não tripuladas passarão a disputar simultaneamente estes

mercados. Segundo analistas, espera-se que o mercado de embarcações marítimas não tripuladas cresça 11,4% entre 2019 e 2024, sendo o continente europeu a área onde este setor crescerá mais rapidamente.

O exercício pode ser interpretado como um sinal do aumento da preocupação da OTAN com submarinos russos operando na região, executado próximo a cabos submarinos vitais para redes de comunicação entre a América do Norte e a Europa. Nesse sentido, os sistemas não tripulados aparecem como uma solução de apreciável custo-benefício para defender os mares europeus, por serem mais baratos, eficientes e construídos em menos tempo do que submarinos.

No entanto, a redução dos investimentos em defesa e segurança na maioria dos países membros, com exceção dos Estados Unidos, põe em dúvida a efetividade do compromisso desses Estados com o desenvolvimento de uma estratégia de defesa conjunta mesmo diante de ameaças cada vez mais crescentes e inovadoras. Mais uma vez, o dilema “canhões ou manteiga” será algo com que os países europeus terão de lidar.



Por que o petróleo saudita tem sido alvo de ataques?

André Nunes

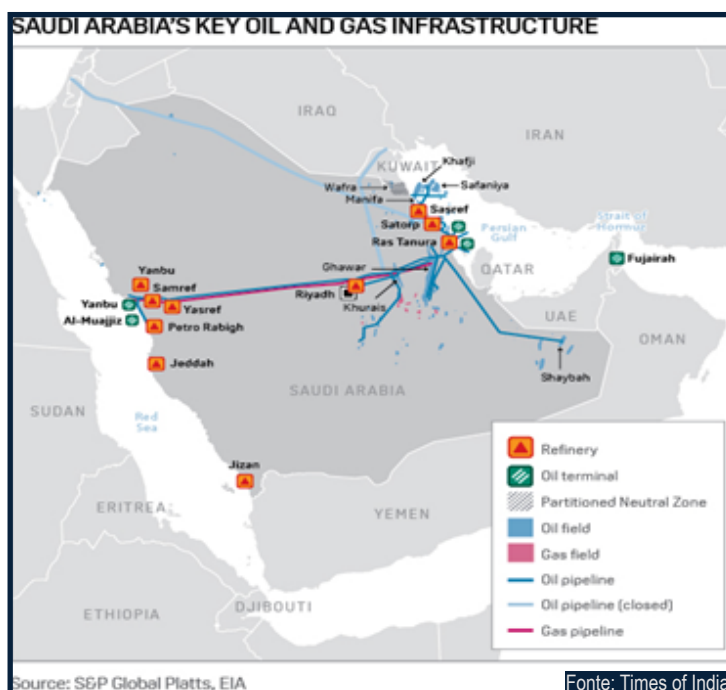
No dia 14 de setembro de 2019, a instalação de processamento de petróleo saudita de Abqaiq, a maior do mundo, e o segundo maior campo de petróleo do país, de Khurais, foram atacados por drones. Os houthis, que atuam no Iêmen e são inimigos da coalizão militar saudita nesse país, assumiram a autoria dos ataques. A consequência imediata disto foi a retirada de cerca de 50% do petróleo saudita do mercado internacional.

Abqaiq e Khurais não foram os únicos ativos nacionais atacados por drones neste ano. No mês de maio, duas estações de bombeamento do *East-West Pipeline* – duto que transporta o petróleo produzido na Província Oriental para o porto de Yanbu no Mar Vermelho – também foram alvejadas. Da mesma forma, em agosto, o campo de Shaybah próximo à fronteira com os Emirados Árabes Unidos (EAU) foi outro alvo. Somado a isso, ainda em maio, houve ataques a dois petroleiros sauditas (mais um emiradense e outro norueguês) nas adjacências do porto de Furfairah, nos EAU. Uma outra ameaça são os ciberataques contra a estatal petrolífera *Saudi Aramco*, que tem melhorado suas defesas cibernéticas desde 2012, quando o vírus *shamoon* invadiu e destruiu dados de cerca de 30 mil computadores.

É possível conjecturar alguns motivos pelos quais a infraestrutura petrolífera saudita tem sido constantemente atacada. Um dos principais objetivos seria enfraquecer a economia do país, tendo em vista que o setor de óleo e gás respondeu por aproximadamente 50% do PIB nacional e 70% do total das receitas de exportação em 2018, segundo o boletim estatístico de 2019 da OPEP. Uma outra meta seria a retaliação contra o apoio saudita ao governo iemenita contra os houthis na guerra civil

que assola o país desde 2013. Outros possíveis motivos seriam enfraquecer o poder de negociação do país com produtores e consumidores desse recurso, bem como atingir sua reputação de confiabilidade internacional como *swing producer* dessa *commodity*.

A restauração da infraestrutura de Abqaiq não significa que a Arábia Saudita estará livre de novas ameaças. É provável que o governo local aumente ainda mais os gastos com defesa (já que foi o terceiro maior gasto do mundo em 2018), visando não somente proteger os ativos nacionais já atacados, mas também outros possíveis alvos, como o campo petrolífero de Ghawar, o maior de todo o mundo.



RÚSSIA & Ex-URSS

Rússia realiza lançamentos balísticos no Mar de Barents

Luiza Guitarrari

No dia 24 de agosto de 2019, as Forças Armadas Russas realizaram importantes testes de mísseis balísticos intercontinentais por meio de submarinos estratégicos, segundo comunicado do Ministério de Defesa da Federação Russa. Como parte de seu treinamento de combate, a simulação buscou testar a capacidade da embarcação de atingir alvos simulados a milhares de quilômetros de distância. Por conseguinte, os mísseis *R-30 Bulava* e *R-29RMU Sineva* partiram de dois submarinos russos na região polar do Oceano Ártico e do Mar de Barents.

Lançado do submarino balístico *K-114 Tula*, da classe *Delta IV*, o míssil intercontinental de combustível líquido,

Sineva, é capaz de transportar até 10 ogivas nucleares, podendo ser lançado de uma profundidade máxima de até 55 metros abaixo do nível do mar. O segundo lançamento partiu do submarino balístico *K-535 Yuri Dolgoruky*, primeiro e principal submarino de mísseis balísticos da classe *Borei*. A bordo deste submarino, o *R-30 Bulava* pode ser disparado da profundidade de periscópio e alcançar cerca de 8.300 km, carregando 10 ogivas nucleares de 150 quilotons cada.

Como componentes das forças nucleares estratégicas navais, os dois submarinos encontram-se atualmente em serviço na Esquadra do Mar do Norte, unidade da Marinha da Rússia responsável pela defesa marítima do»

Questões e dilemas do acordo comercial entre Japão e EUA

Vinicius Reis

O presidente Donald Trump e o primeiro-ministro Shinzo Abe firmaram um acordo comercial no âmbito da agricultura, de bens digitais e da indústria, durante o decorrer da Assembleia Geral da ONU. O Japão se comprometeu a reduzir ou eliminar tarifas de produtos estadunidenses como arroz e carne, na ordem de 7,2 bilhões de dólares (estimados pelo próprio governo dos EUA). O acordo era uma demanda, de longo prazo, do presidente Trump, visando reduzir o déficit, na ordem de 67,6 bilhões de dólares, na balança comercial entre os dois países. Tal acordo faz que setores japoneses, principalmente o de automobilismo, e parceiros comerciais do Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífico, como a Austrália, vejam-se receosos sobre as possíveis consequências no mercado.

A “relativa” estabilidade geopolítica no leste asiático e a questão presidencial dos EUA, com eleições em 2020, convergiram para que Trump focasse na questão comercial entre os dois países, uma antiga promessa de campanha, que promete ser a base para futuros acordos que “onem” mais os japoneses. Eram notórias as tentativas de Abe,

e da sua equipe econômica, em postergar esse assunto nos últimos anos, sob a prerrogativa dos pressupostos geopolíticos que envolvem a importância estratégica da parceria militar no contexto da instabilidade da península coreana e da ascensão chinesa. Com o início formal do acordo econômico, o governo japonês tem se precavido para mitigar possíveis danos políticos e econômicos no curto e médio prazos, enquanto pensa em alternativas, principalmente no setor digital e tecnológico, caso haja um cenário de perda considerável de capital.

A posição oficial do governo japonês é que o acordo é o reflexo da construção de um cenário saudável para o livre comércio entre os países e para a estabilidade nas relações econômicas. Porém, é importante ressaltar que este acordo, aliado às variações do dólar, temor de uma guerra comercial entre EUA e China, e estagnação da economia, geram um efeito cascata na mentalidade de investidores e setores estratégicos japoneses, que se veem em uma posição de incerteza e vulnerabilidade sob políticas econômicas, constantemente questionadas, do governo de Abe.

SUL DA ÁSIA

Inauguração do oleoduto transfronteiriço Índia-Nepal

Marina Corrêa

A Índia e o Nepal inauguraram, no dia 10 de setembro deste ano, o primeiro oleoduto transfronteiriço de petróleo do sul da Ásia, ação executada pelos primeiros ministros Narendra Modi e KP Sharma Oli. Esse oleoduto possui 69 km, ligando Motihari (Índia) e Amlekhganj (Nepal), com capacidade de levar 2 milhões de toneladas métricas de gasolina, diesel e querosene por ano, gerando uma baixa de preços destes produtos no Nepal.

Pela parte indiana, houve um financiamento de US\$ 45 milhões para a construção da infraestrutura completa da tubulação. As empresas atuantes são a *Indian Oil Corporation* e a *Nepal Oil Corporation*, cujo porta-voz, Birendra Goit, pronunciou-se sobre o quão grande será a economia de custos relativos ao transporte, uma vez que o método antigo de transporte, desde o acordo bilateral em 1973, era por caminhões-tanque. Esse projeto é vantajoso para a economia indiana, pois, segundo dados da Observatório da Complexidade Econômica, 11% de suas importações são de refinados de petróleo, e a Índia é o maior vendedor para o Nepal, tendo uma presença de 63% nas importações nepalenses.

Contudo, as relações entre os dois países nem sempre foram estáveis. Vale lembrar que os protestos étnicos em 2015 contra a constituição do Nepal foram apoiados pela Índia, os quais fizeram que a fronteira sul fosse fechada pelo governo nepalês, acarretando na interrupção do fornecimento de petróleo para o país. Ademais, não ter relações amigáveis com o Nepal viabiliza um vácuo de

inserção no território, que também possui fronteira com a China, sendo preocupante, haja vista que quando Oli se elegeu, os indianos já temiam essa aproximação a Pequim por ele ser considerado “pró-China”. Para além de um acordo econômico, esse oleoduto configura para Nova Délhi um esforço de reduzir a influência chinesa, e para Modi propicia também uma melhoria de segurança energética.

Em oposição à iniciativa do *Belt and Road*, a Índia está buscando cada vez mais estreitar seus laços e promover sua estratégia de *Look East Policy*, de maneira mais ofensiva na região, para além da mera diplomacia. Isso porque sua grande rival regional é a China, que atualmente ocupa posição de maior investidora na região do Himalaia, contribuindo para a competição entre as duas potências.



Crise dos mísseis 2.0? Austrália e o dilema Segurança x Economia

Thayná Fernandes

Na primeira semana de setembro de 2019, rumores envolvendo Austrália e Estados Unidos causaram certa tensão na região Ásia-Pacífico: a saída norte-americana do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF, em inglês), firmado com a antiga União Soviética (1987), desencadeou especulações a respeito de nações aliadas norte-americanas que poderiam servir como bases para mísseis em direção a Pequim, sendo a Austrália o país com maiores probabilidades de aceitar tal posicionamento.

O tratado envolvendo Estados Unidos e a União Soviética, que atualmente se estendia à Rússia, assinado por Gorbachev e Reagan, previa eliminar os mísseis balísticos e de cruzeiro nucleares e convencionais, com alcance entre 500 e 5.500 km de distância. Apesar dos avanços, em outubro de 2018, o Presidente Trump anunciou seu plano de retirada do tratado, justificando que os russos o estavam violando há anos. Embora Moscou tenha negado as acusações, as nações deixaram o acordo após seis meses de suspensão, sendo o anúncio da saída feito pelos EUA em agosto último.

As relações Canberra – Washington envolvendo aspectos de Defesa e Segurança datam da I Guerra Mundial e têm se fortalecido cada vez mais com parcerias, compras de armamentos e realização de exercícios militares conjuntos. Nesse sentido, é evidente a origem

da percepção de alguns analistas internacionais da Austrália como aliado estadunidense mais estável, tendo em vista a contínua participação do país em boa parte das empreitadas militares norte-americanas e a contestação de Canberra sobre as ações de Pequim envolvendo o Mar do Sul da China.

Entretanto, apesar do histórico alinhamento, o primeiro-ministro australiano, Scott Morrison, negou que qualquer pedido do gênero tenha sido realizado por parte dos norte-americanos e não se mostrou favorável a uma decisão positiva mesmo que tal situação fosse real. O crescente avanço militar chinês no desenvolvimento de sua Indústria de Defesa tem preocupado os norte-americanos e, como o assunto está relacionado a Tratados Internacionais, caso os Estados Unidos decidam convocar o Tratado de Segurança entre Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos (ANZUS), os australianos precisarão corresponder.

O grande desafio para Canberra é saber conciliar as tensões entre seu mais importante parceiro comercial e seu maior parceiro militar. De toda forma, é preciso ter cuidado, pois bem diferente da realidade norte-americana, para a Austrália a China é geograficamente próxima e qualquer intervenção militar poderá impactar diretamente em seu território e na sua economia.

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Suporte Russo: auxílio na estratégia Antártica indiana

Ana Carolina Lahr

O navio quebra-gelo *Vasily Golovnin*, empregado pela Companhia de Navegação do Extremo Oriente da Rússia (FESCO, em inglês), prorrogou, em setembro de 2019, o contrato, que havia sido firmado em outubro de 2018, com o Centro Nacional de Pesquisa Polar e Oceânica (NCPOR, em inglês) do Ministério de Ciências da Terra da Índia. O navio iniciará em dezembro de 2019 a viagem em direção à Antártica para fornecer carga geral, alimentos e combustível às estações de Bharati e Maitri, durante o verão da Antártica em 2019-2020. Também embarcará no navio para a expedição à pesquisa cientistas do Centro Nacional de Pesquisa Polar e Oceânica.

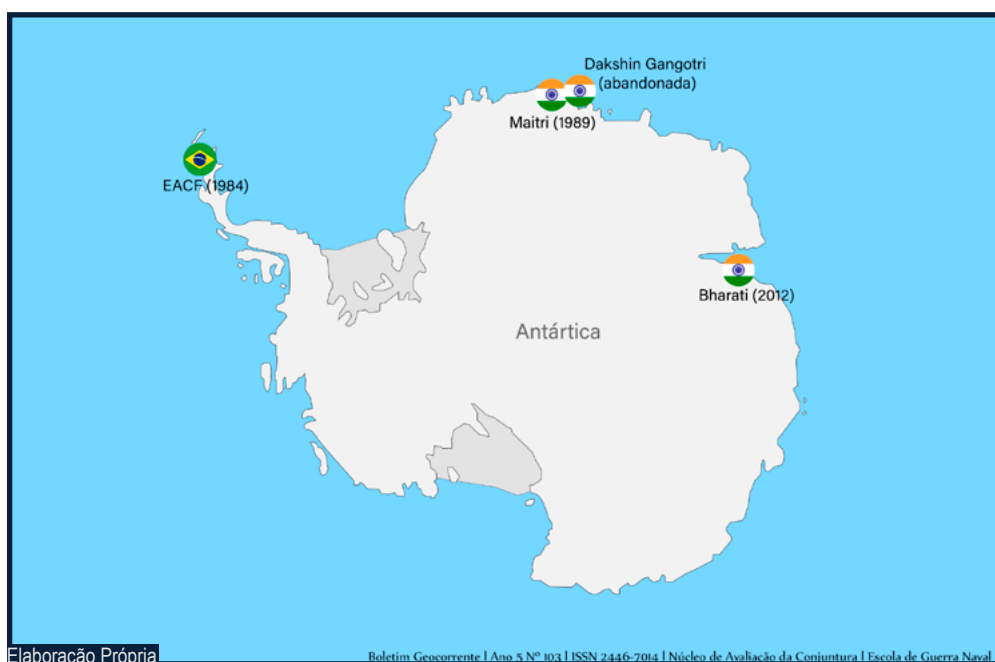
A Índia aderiu ao Tratado da Antártica em 19 de agosto de 1983, as vésperas da XII reunião deste. O país tornou-se membro consultivo no decorrer da reunião,

em 12 de setembro de 1983. A Índia tornou-se, assim, o terceiro país a alcançar o status de membro consultivo após o Tratado da Antártica ter entrado em vigor em 1961 (o Brasil também alcançou tal posição na mesma reunião). O alcance deste status foi demasiadamente rápido se comparado aos outros países. Em fevereiro de 1984, foi arquitetada a estação científica Dakshin Gangotri, abandonada em 1990, por conta de deslocamentos regulares da massa de gelo. Embora abandonada, esta estação serve atualmente de depósito de material para a estação Maitri. A Índia possui duas estações científicas permanentes na Antártica: Maitri (1989) localizada na Terra da Rainha Maud, a 85 km da Dakshin Gangotri; e a Bharathi (2012) localizada a 3.000 km a leste da estação de Maitri.

O programa antártico indiano é dependente de apoio »

logístico externo. A Índia não dispõe de navio polar e arrenda navios de outros países. Apenas até 1994 que a Marinha e a Força Aérea Indiana participaram com seus helicópteros e aviões, sendo hoje contratados junto a empresas especializadas. A Índia é considerada um ator relevante na Ásia-Pacífico, influenciador não apenas

pelo equilíbrio regional, mas provavelmente global. A fragilidade do programa antártico indiano, no entanto, é visível nesse caso. A parceria com a Rússia, se estável, garantirá a presença indiana em um espaço que se torna relevante no sistema internacional atualmente, ainda que de forma dependente.



TEMAS ESPECIAIS

A Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Brasil (E-Ciber)

Louise Marie Hurel

Desde 2008, com o lançamento da Estratégia Nacional de Defesa, o espaço cibernético vem ganhando protagonismo na agenda político-estratégica brasileira ([Boletim 100](#)). Em meados de setembro deste ano, o Gabinete de Segurança Institucional lançou a primeira versão da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber) para comentários da sociedade.

A digitalização da sociedade e da economia são fatores fundamentais para o desenvolvimento de países. Contudo, tal avanço deve ser acompanhado por medidas e boas práticas para assegurar a segurança, integridade, disponibilidade e resiliência de sistemas, dados e infraestruturas. Desde a integridade de fragatas até a aquisição de tecnologias e disseminação de uma cultura de segurança digital, os Estados precisam estar preparados para identificar, analisar e responder a ameaças persistentes avançadas (APTs) e outras ameaças. Parte disso envolve o desenvolvimento de uma estratégia nacional de cibersegurança para determinar prioridades e ações estratégicas em conjunto com outros setores. Aproximadamente 104 países possuem uma estratégia nacional de cibersegurança, sendo 13 destes da América Latina e Caribe.

A E-Ciber é um importante passo para consolidação do próprio entendimento de segurança cibernética em nível nacional. A estratégia dos EUA no governo Trump mudou o tom ao introduzir conceitos como "*defend forward*" e uma perspectiva mais realista de projeção de poder. O Reino Unido já adota uma visão mais programática de destacamento de atividades nos pilares "*defend, deter, and develop*", que visa facilitar o monitoramento da implementação, tema central a ser abordado na implementação da estratégia brasileira.

O Brasil encontra-se em período de reavaliação e alinhamento das diferentes iniciativas e políticas já instituídas. À E-Ciber soma-se o mais recente debate na Comissão de Relações Exteriores do Senado sobre o Programa de Defesa Cibernética. Ambos os esforços ainda vão precisar lidar com os desafios relacionados à designação de responsabilidades e coordenação entre setores na implantação da, ainda abrangente, estratégia. A E-Ciber tem o potencial de lançar um plano para a governança político-econômica com pilares de atuação e cooperação, refletindo, por exemplo, o histórico multissetorial nacional do país na governança da Internet, em consonância com as estratégias dos EUA e RU.

Descarbonização do transporte marítimo anunciada na Cúpula da Ação Climática da ONU

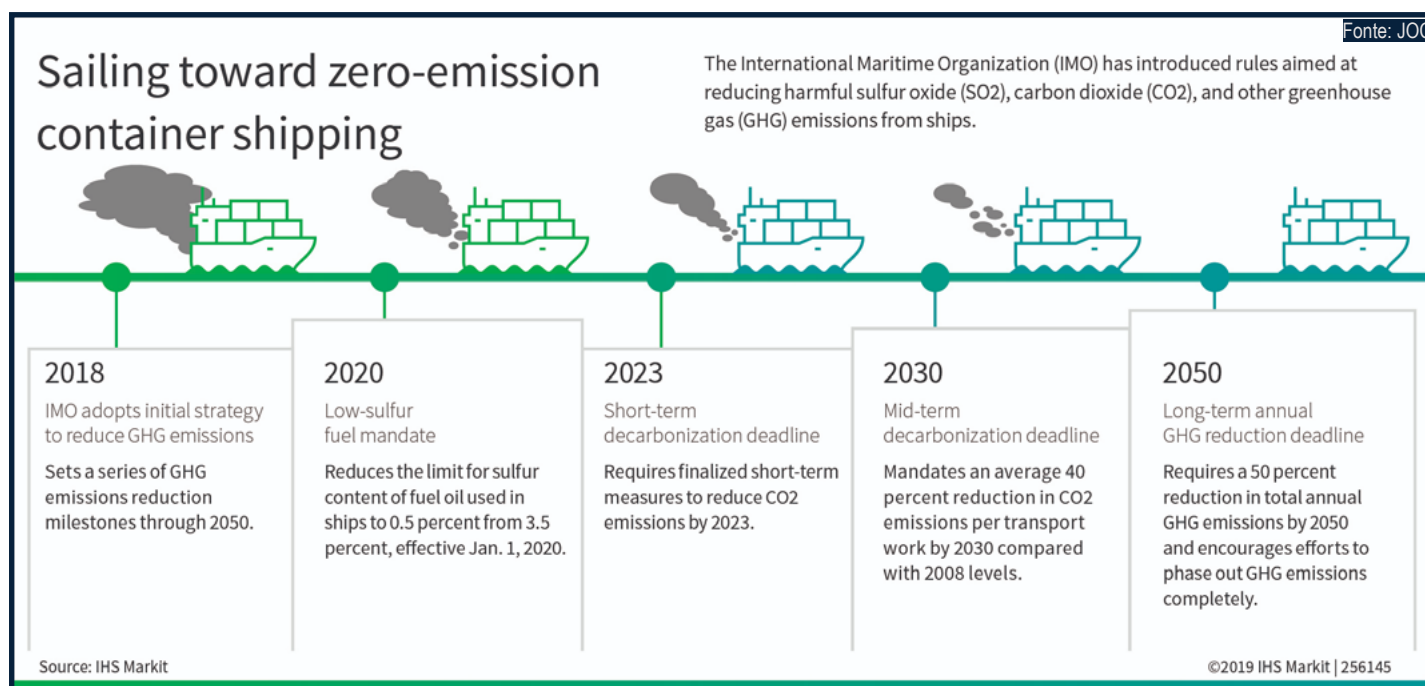
Alessandra Brito

No dia 23 de setembro de 2019, durante a Cúpula da Ação Climática da ONU, em Nova York, membros de uma coalizão de importantes líderes dos setores marítimo, de energia, infraestrutura e finanças deram um grande passo para buscar medidas que possam mitigar os gases de efeito estufa (GEE) emitidos pelo transporte marítimo. A *Getting to Zero Coalition* é uma parceria entre o Fórum Marítimo Global, a Ação dos Amigos do Oceano e o Fórum Econômico Mundial, que anunciou esforços para a descarbonização do setor com o apoio de governos e organizações intergovernamentais.

Desde 1997, a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL, em inglês) fixou um limite de 4,5% m/m de teor de enxofre para o combustível que atende ao setor marítimo. Esse teor máximo chegaria a 3,5% m/m até 2012, reduzindo para 0,5% m/m a partir de 2020 (em áreas de controle de emissões, aplicar-se-iam limites mais restritos). O objetivo da *International Maritime Organization* (IMO) é chegar a zero em 2050. O enxofre no combustível é

um problema, pois na queima dos combustíveis fósseis são liberados poluentes químicos na atmosfera por meio dos gases. Portanto, é necessária uma mudança nas tecnologias de propulsão ou para combustíveis limpos, o que implica a colaboração de todas as partes. A demanda por combustíveis de emissão zero, derivados de fontes renováveis, tem o potencial de gerar investimentos substanciais em projetos de energia limpa nos países em desenvolvimento.

O tema possui cada vez mais relevância na agenda internacional, particularmente no contexto da Agenda 2030 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). A mitigação da emissão de GEE é uma das principais estratégias definidas no Acordo de Paris, celebrado por 195 países na 21ª Conferência das Partes (COP 21), no contexto do desenvolvimento sustentável para promover mecanismos e a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima, principalmente nos países menos desenvolvidos.



- ▶ [ISIS 2.0 and the Information War](#)
PROJECT SYNDICATE, Anne-Marie Slaughter, Asha C. Castleberry
- ▶ [George Friedman's Thoughts: Enchantment and Geopolitics](#)
GEOPOLITICAL FUTURES, George Friedman
- ▶ [How the Moscow Protests Reveal a Schism in Russia's Middle Class](#)
CARNEGIE, Andrei Kolesnikov
- ▶ [Bringing China Into The Fold On Arms Control And Strategic Stability Issues](#)
BROOKINGS, Frank A. Rose
- ▶ [How Will The British Military Look In A Decade?](#)
FORCES NETWORK, Kirstie Chambers
- ▶ [Europe Has to Choose a Side in the U.S.-China Rivalry](#)
BLOOMBERG, Hal Brands
- ▶ [German combat support ship getting integrated hospital](#)
NAVAL TODAY
- ▶ [Smooth Sailing for the Columbia Class?: Navy Working to Keep Sub on Track for 2028 Delivery](#)
SEAPOWERS MAGAZINE, Daniel P. Taylor

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

OUTUBRO

05 Visita do presidente das Filipinas, Rodrigo Duterte, à Rússia

07-09 Visita de Sergei Lavrov, ao Iraque e Cazaquistão

11-13 Encontro entre Xi Jinping e Narendra Modi, na Índia

20 Eleições presidenciais na Bolívia

21 Eleições federais no Canadá

24-25 Visita do presidente Jair Bolsonaro à China

27 Eleições presidenciais na Argentina

27 Eleições presidenciais no Uruguai

31 Novo prazo para o BREXIT

NOVEMBRO

08 Próximo relatório trimestral da AIEA sobre o programa nuclear do Irã

10 Eleições gerais na Espanha

13-14 XI Cúpula dos BRICS, em Brasília

- **Os narcossubmarinos e as dificuldades para o continente americano**

JARAMILLO, M. J. [The Revolutionary Armed Forces of Colombia \(FARC\) and the Development of Narco-Submarines](#). Journal of Strategic Security, Vol. 9. Acesso em: 17 mai. 2019.

BRIZZI, M. Coast Guard Cutter Valiant interdicts self-propelled semi-submersible in the Eastern Pacific. United States Coast Guard, 24 set. 2019. Acesso em: 27 set. 2019.

<https://content.govdelivery.com/accounts/USDHSCG/bulletins/2613a1e>

- **Mudanças climáticas põem em risco o Canal do Panamá**

[Climate change threatens the Panama Canal](#). The Economist, 19 set. 2019. Acesso em: 28 set. 2019.

WEBBER, J. [Climate change poses new threat to Panama Canal](#).

Financial Times, 04 jun. 2019. Acesso em: 28 set. 2019.

- **O histórico julgamento do ex-presidente do Sudão toma conta do país**

[Sudan's ex-president al-Bashir 'received \\$90m from Saudi Arabia'](#). Al Jazeera, 19 ago. 2019. Acesso em: 28 set. 2019.

[Sudão: Defesa pede libertação sob fiança de Omar al-Bashir](#). Deutsch Welle, 24 ago. 2019. Acesso em: 28 set. 2019.

- **Fim do efeito Crimeia? Normalização das relações franco-russas**

ARZT, R. [De la Russie à l'Iran, les virages diplomatiques d'Emmanuel Macron](#). Slate, 11 set. 2019. Acesso em: 27 set. 2019.

[Grandes crises: les ministres russe et français de la Défense évoquent des « pistes de coopération »](#). RT France, 04 set. 2019. Acesso em: 27 set. 2019.

- **Na costa portuguesa, OTAN testa drones marítimos**

LARTER, D. [NATO allies unleash their drones in the waters off Portugal](#). Defense News, 19 set. 2019. Acesso em: 20 set. 2019.

[Report: Unmanned Marine Vehicles Market – Growth, Trends, and Forecast \(2019 - 2024\)](#). Mordor Intelligence. Acesso em: 20 set. 2019.

- **Por que o petróleo saudita tem sido alvo de ataques?**

SHARMA, G. [Saudi Aramco Doubles Down On Cybersecurity As Threat Levels Rise](#). Forbes, 25 set. 2019. Acesso em: 26 set. 2019.

[US war with Iran unlikely, but would devastate oil markets: Fuel for Thought](#). Standard & Poors Global, 20 set. 2019. Acesso em: 27 set. 2019.

- **Rússia realiza lançamentos balísticos no Mar de Barents**

Borei-A. [Convert shore](#). HI Sutton, 30 abr. 2019. Acesso em: 27 set. 2019.

VERA, A. [Russia says it launched 2 ballistic missiles in the Arctic Ocean as part of combat training](#). CNN, 25 ago. 2019. Acesso em: 27 set. 2019.

- **Os 70 anos da República Popular da China**

[To mark 70 years of Communist rule, China shows off new weapons](#). The Economist, 01 out, 2019. Acesso em: 01 out. 2019.

[China's economy 70 years on: By the numbers](#). Al Jazeera, 01 out. 2019. Acesso em: 01 out. 2019.

- **Questões e dilemas do acordo comercial entre Japão e EUA**

YAMAGUCHI, M. [Japan govt welcomes US trade pact, automakers urge more help](#). The Washington Post, 25 set. 2019. Acesso em: 27 set. 2019.

PARKER, M. [American Farmers Main Winners From U.S.-Japan Trade Agreement](#). Bloomberg, 25 set. 2019. Acesso em: 27 set. 2019.

- **Inauguração do oleoduto transfronteiriço Índia-Nepal**

SHARMA, G. [India and Nepal open South Asia first cross-border oil pipeline](#). Reuters, 10 set. 2019. Acesso em: 12 set. 2019.

[India and Nepal open first cross border pipeline in South asia](#). The Times of India, 10 set. 2019. Acesso em: 12 set. 2019.

- **Crise dos mísseis 2.0? Austrália e o dilema Segurança x Economia**

PECK, M. [No Way Mr. President: Australia Flat Out Rejected American Missiles Meant for China](#). National Interest, 08 set. 2019. Acesso em: 27 set. 2019.

VADDI, P. [Leaving the INF Treaty Won't Help Trump Counter China](#).

Carnegie Endowment for International Peace, 31 jan. 2019. Acesso em: 27 set. 2019.

- **Suporte Russo: auxílio na estratégia Antártica indiana**

LAKSHMI, S. [Vasily Golovnin to Supply India's Antarctica Station](#). MarineLink, 08 set. 2019. Acesso em: 27 set. 2019.

AGUIAR, M., MATTOS, L. A Importância Estratégica da Antártica para China e Índia a luz do realismo ofensivo de mearsheimer. Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. p. 223-226.

- **A Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Brasil (E-Ciber)**

Diário Oficial da União. Decreto nº 9.637. Brasil, 26 dez. 2018. Acesso em: 28 set. 2019.

[Programa de Defesa Cibernética será debatido na CRE](#). Agência Senado, 03 set. 2019. Acesso em: 28 set. 2019.

- **Descarbonização do transporte marítimo anunciada na Cúpula da Ação Climática da ONU**

Global Maritime Fundation: [Maritime Shipping's Moon-shot Ambition Announced at UN Climate Action Summit](#). PRNewswire, 23 set. 2019.

Acesso em: 26 set. 2019.

Fundação Marítima Global: [ambição grandiosa de transporte marítimo anunciada na Cúpula da Ação Climática da ONU](#). Portosenavios, 23 set. 2019. Acesso em: 26 set. 2019.